



UDIPSS-PORTO

Relatório e Contas |
Exercício de 2020 |



U.
FG


FICHA TÉCNICA

Dados da Entidade

Nome	UDIPSS-PORTO – União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social
Sede	Rua do Carvalhido, 187 4250-102 Porto
NIF	505 983 206
Telefone	228 317 497
Email	geral@udipss-porto.org
Url	www.udipss-porto.org
Ano de constituição	30 de abril de 2002

Objeto Social

Expressão organizada da cooperação entre Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSSs), sedeadas no distrito do Porto, visando proteger o quadro de valores éticos e filosófico que lhes é comum.

Serviços

Assessoria Contabilística e Fiscal
Assessoria Jurídica
Assessoria Social e de Gestão
Plataforma Ser IPSS | Informação | Newsletter
Formação | Workshop | Webinar | Sessões de Esclarecimento
Projeto Social Digital 2.0.
Aplicação Consignação do IRS

Empresa Cálculo 3S – Sociedade de Contabilidade, Unipessoal, Lda

geral@calculo3s.org | 228 317 497 | www.calculo3s.org

Empresa especializada em serviços de contabilidade para as IPSS, nomeadamente:

Assessoria Contabilística e Fiscal
Contabilidade geral e analítica
Processamento de Salários
Estudos de Viabilidade Económico-Financeira
Acompanhamento contabilístico e fiscal de projeto

O 2020 DA UDIPSS-PORTO

ASSOCIADAS – 411		FILIAÇÕES – 5	DESFILIAÇÕES – 1
AÇÕES DE FORMAÇÃO – 5		PARTICIPANTES EM AÇÕES DE FORMAÇÃO – 114	
REUNIÕES		ASSEMBLEIA GERAL – 2	DIREÇÃO – 11 CONSELHO FISCAL – 2

No ano de 2020, as preocupações das Instituições centraram-se na gestão da pandemia: a preocupação do contágio entre os utentes/clientes e trabalhadores, o encerramento/suspensão das respostas sociais, a gestão dos recursos humanos (baixas médicas, isolamento profilático, faltas justificadas, "horários em espelho", teletrabalho), a gestão dos utentes (preocupação com as admissões, necessidade de prestação de serviços, manutenção dos contratos, avaliação das participações familiares), a gestão de surtos (redução dos recursos humanos, manutenção das atividades), a gestão de tesouraria (flutuação excessiva dos preços dos equipamentos de proteção de individual, descontos nas participações familiares), a gestão sem informação (tomada de decisão a curtíssimo prazo, ausência de informação orçamental).

A todo este contexto, vivido desde finais de fevereiro/20, teve ainda impacto no setor:

- Assinatura de novas Convenções coletivas de trabalho do próprio ano em novembro, com tabelas salariais com efeitos a julho;
- Aumento do salário mínimo;
- Ausência de candidatura ao Programa PROCOOP;
- Abertura de candidaturas ao Programa PARES 3.0., ao incentivo à normalização da atividade, ao Programa Adaptar Social +;
- Acesso à Medida Extraordinária de Apoio à Manutenção dos Contratos de Trabalho;
- Manutenção das participações dos Acordos de Cooperação com referência a frequências comunicadas em fevereiro/20.

A EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE AÇÃO DE 2020

Linha Estratégica Proteger e Promover a Rede da União Distrital

Objetivo estratégico	Atividade	Concretização do resultado
Reforçar a representação das IPSS do Distrito do Porto nas Redes existentes	Representar as IPSS do Distrito através da participação em Redes Existentes	Representação das IPSS Associadas em Plataformas de Política Pública: - Comissão Distrital de Cooperação; - Conselho Local de Ação Social do Porto; - NPISA-PORTO; - Plataforma Supraconcelhia do Grande Porto; - Plataforma Supraconcelhia do Tâmega; - Conselho Geral CNIS; - Comissão Permanente do Conselho Geral da CNIS; - Conselhos da Comunidade do ACESs - Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social do Porto; - Conselho Consultivo para a Saúde; - Conselho Municipal de Educação.
	Apoiar a CNIS no desenvolvimento de atividades de interesse para as Associadas	Divulgação e participação em atividades, como o Curso de Gestão para Dirigentes.
Difundir a missão das IPSS e da União Distrital	Realizar fóruns de discussão temáticos com as IPSS Associadas	Atividade não executada.
	Melhorar os canais de comunicação da UDIPSS-PORTO, seja através dos contactos direcionados ou das Newsletters quinzenais	Atividade não executada.
	Dinamizar Redes de Proximidade	Realizadas 2 redes de proximidade, ambas no concelho do Porto.
	Realizar reuniões distritais entre os Dirigentes e a Equipa Técnica das Uniões Distritais pertencentes à Região Norte	Atividade não executada.

Linha Estratégica Impulsionar a sustentabilidade da Rede

Objetivo estratégico	Atividade	Concretização do resultado
Dinamizar e reforçar a prestação de serviços	<p>Aumentar a capacidade de prestação de serviços do Centro de Recursos Partilhados, nomeadamente:</p> <p>- <i>Assessoria Contabilística e Fiscal</i>, através de:</p> <p>a) elaboração de pedidos de informação vinculativa à Autoridade Tributária;</p> <p>b) construção constante de conteúdos e de informação de interesse.</p> <p>- <i>Assessoria Jurídica</i>, através de:</p> <p>a) melhoria da capacidade de resposta;</p> <p>b) construção constante de conteúdos e de informação de interesse.</p> <p>- <i>Assessoria Social e de Gestão</i>, através de:</p> <p>a) apoio na gestão dos Acordos de Cooperação, na componente de criação, revisão em alta ou em baixa, como na manutenção dos mesmos;</p> <p>b) realização de candidaturas a Programa de Financiamento;</p> <p>c) Realização de Estudos de Viabilidade Económico-Financeira de apoio na tomada de decisão de investimento e no pedido de Fundo de Socorro Social para Reequilíbrio Financeiro.</p> <p>- <i>Consultoria e Auditoria Social</i>, através da dinamização do serviço pelas IPSS Associadas</p> <p>- <i>Central de Compras</i>, através da dinamização do serviço pelas IPSS Associadas</p>	<p>100% das IPSS Associadas beneficiaram dos serviços da UDIPSS-PORTO, pela sua distribuição pelas diversas Assessorias (jurídica, social e de gestão e contabilística e fiscal).</p> <p>Apoio técnico na execução de 1 candidatura ao Portugal 2020.</p> <p>Realização das seguintes ações de formação, num total de 5, com 114:</p> <p>- "A Cooperação com o ISS, I.P."</p> <p>- "O Direito laboral para a Direcção Técnica"</p> <p>- "A Contratação Pública nas IPSS"</p> <p>Realização de candidaturas a:</p> <p>- Programa Adaptar Social +, 46.</p> <p>- Programa PARES 3.0., 10.</p> <p>Realização de Estudos de Viabilidade Económico-Financeiro:</p> <p>- 5, no âmbito de candidaturas ao PARES 3.0.</p> <p>- 2, no âmbito do Pedido de Fundo de Socorro Social para Reequilíbrio Financeiro.</p> <p>Realização de 8 consultorias a Regulamentos Internos e criação de Manual de Acolhimento dos Trabalhadores.</p> <p>14 Associadas beneficiaram do serviço Apoio administrativo no Registo.</p> <p>1 Associada beneficiou do serviço de Apoio na realização da Assembleia Geral</p> <p>A Central de Compras teve 10 adesões de IPSS Associadas.</p> <p>Criação do Projeto Social Digital 2.0., alterando o projeto Social Digital, com novos <i>templates</i>.</p>
	<p>Construir constantemente a Plataforma Ser IPSS</p>	<p>A Plataforma Ser IPSS é o principal reportório de informação da UDIPSS-PORTO.</p> <p>Criação de um <i>template</i> para a APP Consignar.</p>
Aposta na capacitação dos recursos organizacionais das IPSS Associadas	<p>Realizar Ações de Formação direcionadas:</p> <p>1) <i>Membros dos Órgãos Sociais</i>, nomeadamente Curso "Ser Dirigente de IPSS" e/ou atualização de informação para anteriores participantes</p> <p>2) <i>Direções Técnicas e de Serviços</i>, nomeadamente sob os temas Contratação Pública; Regulamento Europeu de Proteção de Dados e Interpretação e análise de Dados Financeiros e Contabilísticos</p>	<p>Atividade não executada.</p>
	<p>Criar Ferramenta na Plataforma Ser IPSS que permitirá a avaliação do impacto de determinadas opções de gestão.</p>	<p>Atividade não executada.</p>

A ATIVIDADE DA UDIPSS-PORTO LIGADA À PANDEMIA COVID-19

1. Criação de Espaço dedicado ao COVID-19 na Plataforma Ser IPSS, reunindo toda a legislação, diretrizes e recomendações, bem como minutas, da DGS, ISS, I.P., CNIS e da UDIPSS-PORTO.
2. Recurso à Plataforma ZOOM como via substituta da realização de reuniões, eventos e ações de formação.
3. Aumento da capacidade de prestação de serviços das Assessorias devido ao contexto legislativo vivido no ano de 2020.
4. Aquisição de equipamento de proteção individual para doação às IPSS Associadas, nomeadamente, 31 709 máscaras cirúrgicas.
5. Criação e dinamização da Campanha Proteger as IPSS, com o objetivo de angariação de fundos para a doação de equipamento de proteção individual, nomeadamente, máscaras cirúrgicas (mais info: www.protegeripss.pt).
6. Realização de 3 *webinar(s)* sobre as temáticas:
 - 6.1. "Medidas de apoio extraordinário ao setor Social e Solidário", com 170 participantes;
 - 6.2. "A situação de contingência no Setor Social", com 200 participantes;
 - 6.3. "O Estado de Emergência e a sua aplicação nas IPSS do Distrito do Porto", com 215 participantes.
7. Disponibilização dos serviços da Central de Compras às IPSS Associadas sem adesão devido à dificuldade na aquisição e/ou a preços competitivos de equipamento de proteção individual. 35 IPSS beneficiaram deste serviço da Central de Compras.
8. Reuniões sobre a abertura das Respostas Sociais em contexto pandémico, entre a CNIS e as Direções das Uniões Distritais.
9. Constante criação e envio de informação sobre os normativos legislativos e diferentes medidas de apoio à atividade das IPSS.
10. Pólo distribuidor do Protocolo de Colaboração da medida de apoio ao reforço da Emergência estabelecido com o MTSSS e a CNIS, em 2 momentos diferentes:

	Maio de 2020	Outubro de 2020	Total
Pacote de 50 máscaras cirúrgicas	7244	2546	9790
Pacote de 100 luvas	27	736	763
Doseadores	1715	----	1715
Caixas de 100 Aventais	171	182	353
Caixas de 100 Cobre-sapatos	224	-----	224
Garrações de 5 l de Álcool-Gel	2121	36	2147
Garrações de 4l de Desinfetante	264	-----	264
Garrafas de 1 l de Desinfetante de brinquedos	----	4474	4474

11. Dinamização de 23 Ações do Curso de Prevenção e Controlo de COVID-19 nas Entidades Sociais, em parceria com a Empresa Sensuum et al, Lda, no âmbito de candidatura da UDIPSS-PORTO ao Programa Adaptar Social +. Este projeto contou com 353 formandos de 49 IPSS Associadas.



AS CONTAS DA UDIPSS-PORTO DE 2020

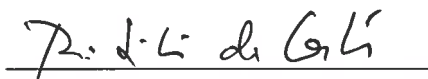
	2020	2019
Total de rendimentos e ganhos	226 890,88	148 389,00
- Total de despesas e gastos	152 012,21	91 451,73
= Resultado líquido do exercício	74 875,67	56 937,30
Financiamento M/L Prazo	2020	2019
Capital amortizado	58 075,33	46 116,08
+ Juros do financiamento	955,09	2 010,72
= Total custo	59 030,42	48 126,80

Proposta da Direção à Assembleia Geral quanto à aplicação do Resultado Líquido do Exercício

A UDIPSS-PORTO apresenta um Resultado Líquido do Exercício de € 74 875,67 (setenta e quatro mil oitocentos e setenta e cinco euros e sessenta e sete cêntimos), ao qual se propõe a seguinte aplicação: Transferência, na totalidade, para a conta Resultados Transitados.

Porto, 24 de fevereiro de 2021,

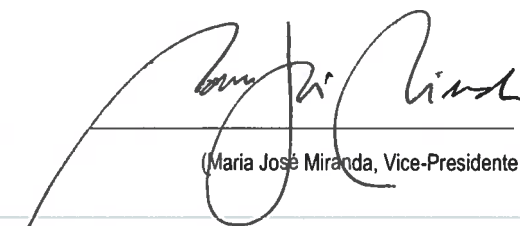
A Direção



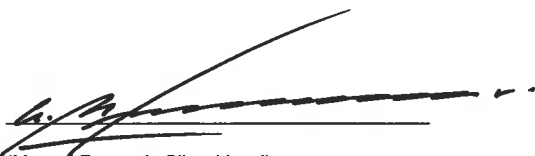
(Rui Leite de Castro, Presidente)



(Eduardo Jorge Pinto, Tesoureiro)



(Maria José Miranda, Vice-Presidente)



(Manuel Fernando Silva, Vogal)



(Maria Teresa Guimarães, Secretária)

AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2020

Balço em 31 de dezembro de 2020

Rubricas	Notas	31 12 2020	31 12 2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	594 238,56	608 798,68
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	11.1	69 983,18	53 146,44
		664 221,75	661 945,12
Ativo corrente			
Créditos a receber	11.3	120,00	435,00
Estado e outros entes públicos	11.9	0,00	1 150,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11.2	29 110,50	15 849,50
Diferimentos	11.5	224,47	721,81
Outros ativos correntes	11.4	23 744,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	11.6	31 725,29	56 230,95
		84 924,26	74 387,26
Total do ativo		749 146,01	736 332,38
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.7	19 236,13	19 236,13
Resultados transitados	11.7	291 760,59	234 787,29
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	11.7	338 723,33	343 923,33
		649 720,05	597 946,75
Resultado líquido do Exercício		74 875,67	56 973,30
Total dos fundos patrimoniais		725 595,72	654 891,74
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	6	14 125,65	72 200,98
		14 125,65	72 200,98
Passivo corrente			
Fornecedores	11.8	1 252,22	1 286,51
Estado e outros entes públicos	11.9	1 270,45	600,21
Diferimentos	11.5	396,00	0,00
Outros passivos correntes	11.10	7 505,97	7 352,94
		10 424,64	9 239,66
Total do passivo		24 550,29	81 440,64
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		749 146,01	736 332,38

Porto, 24 de fevereiro de 2021,

A Direção

D. Leite de Castro

(Rui Leite de Castro, Presidente)

Maria José Miranda

(Maria José Miranda, Vice-Presidente)

Eduardo Jorge Pinto

(Eduardo Jorge Pinto, Tesoureiro)

Maria Teresa Guimarães

(Maria Teresa Guimarães, Secretária)

Manuel Fernando Silva

(Manuel Fernando Silva, Vogal)



Demonstração de Resultados por Natureza
Período findo em 31 de dezembro de 2020

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	7	138 491,50	132 017,00
Subsídios, doações e legados à exploração	11.11	47 648,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	11.12	(82 242,64)	(22 958,48)
Gastos com o pessoal	9	(31 162,06)	(39 659,79)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	11.3	115,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	11.13	1,52	28,31
Outros rendimentos	11.14	40 634,86	16 343,72
Outros gastos	11.15	(21 728,39)	(12 486,27)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		91 757,79	73 284,49
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(15 927,03)	(14 300,47)
Resultados operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos)		75 830,76	58 984,02
Juros e rendimentos similares suportados	11.16	(955,09)	(2 010,72)
Resultado antes de impostos		74 875,67	56 973,30
Resultado líquido do período		74 875,67	56 973,30

Porto, 24 de fevereiro de 2021,

A Direção


 Rui Leite de Castro, Presidente)

(Rui Leite de Castro, Presidente)


 Maria José Miranda, Vice-Presidente)

(Maria José Miranda, Vice-Presidente)


 Eduardo Jorge Pinto, Tesoureiro)

(Eduardo Jorge Pinto, Tesoureiro)


 Maria Teresa Guimarães, Secretária)

(Maria Teresa Guimarães, Secretária)


 Manuel Fernando Silva, Vogal)

(Manuel Fernando Silva, Vogal)

Demonstração de Resultados por Funções
Período findo em 31 de dezembro de 2020

Rendimentos e Ganhos	Notas	Serviços aos Associados	Projeto Adaptar Social +	Campanha Proteger as IPSS	Períodos	
					2020	2019
Vendas e serviços prestados	7	126 579,50	11 912,00	0,00	138 491,50	132 017,00
Custo das vendas e dos serviços prestados	9	(31 162,06)	0,00	0,00	(31 162,06)	(39 659,79)
Rendimento bruto		95 417,44	11 912,00	0,00	107 329,44	92 357,21
Outros rendimentos		27 326,38	47 648,00	13 425,00	88 399,38	16 372,03
Gastos administrativos		(38 401,37)	(59 571,50)	(196,80)	(98 169,67)	(37 258,95)
Outros Gastos		(8 253,14)	0,00	(13 475,25)	(21 728,39)	(12 486,27)
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos) (líquidos)		76 089,31	(11,50)	-247,05	75 830,76	58 984,02
Gastos de financiamento	11.16	(955,09)	0,00	0,00	(955,09)	2 010,72
Resultado antes de impostos		75 134,22	(11,50)	(247,05)	74 875,67	56 973,30
Resultado líquido do período		75 134,22	(11,50)	(247,05)	74 875,67	56 973,30



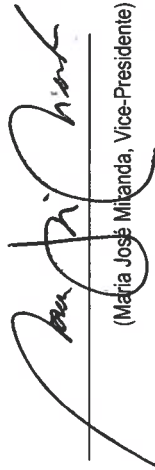
Demonstração dos Fluxos de Caixa
Período findo em 31 de dezembro de 2020

Rubricas	Notas	Períodos	
		2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS – MÉTODO DIRETO			
Recebimentos de Clientes e Utentes		125 541,50	125 078,15
Pagamentos a fornecedores		(92 385,77)	(23 798,32)
Pagamentos ao pessoal		(20 953,19)	(21 929,97)
Caixa gerada pelas operações		12 202,54	76 260,42
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		5 237,15	(29 384,81)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		17 439,15	46 875,61
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(1 507,87)	(18 808,28)
Investimentos financeiros		(187,70)	(225,36)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		2 217,48	6 471,19
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		521,91	(13 023,80)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		16 563,16	1 004,94
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	6	(58 075,33)	(46 116,08)
Juros e gastos similares	11.16	(955,09)	(2 010,72)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(42 467,26)	(24 507,14)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(24 505,66)	(4 959,88)
Caixa e seus equivalentes no início do período		56 230,95	61 190,83
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.6	31 725,29	56 230,95

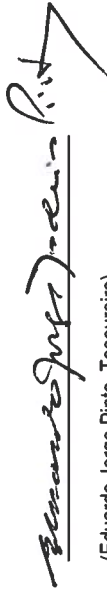
Porto, 24 de fevereiro de 2021,
A Direção



(Rui Leite de Castro, Presidente)



(Maria José Miranda, Vice-Presidente)



(Eduardo Jorge Pinto, Tesoureiro)



(Maria Teresa Guimarães, Secretária)



(Manuel Fernando Silva, Vogal)

Anexo às Demonstrações Financeiras do Exercício de 2020

1.	Identificação da Entidade	10
2.	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	10
3.	Principais Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	10
3.1.	Bases de Apresentação	10
3.2.	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	11
4.	Ativo fixo tangível	12
5.	Ativos intangíveis	12
6.	Custos de Empréstimos obtidos	12
7.	Rédito	12
8.	Subsídios e apoios do Governo	12
9.	Benefícios dos empregados	13
10.	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	13
11.	Outras informações	13
11.1.	Investimentos financeiros	13
11.2.	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	13
11.3.	Créditos a receber	13
11.4.	Outros ativos correntes	13
11.5.	Diferimentos	13
11.6.	Caixa e depósitos bancários	13
11.7.	Fundos patrimoniais	13
11.8.	Fornecedores	13
11.9.	Estado e outros entes públicos	13
11.10.	Outros passivos correntes	13
11.11.	Subsídios, doações e legados à exploração	14
11.12.	Fornecimentos e serviços externos	14
11.13.	Aumentos / reduções de justo valor	14
11.14.	Outros rendimentos	14
11.15.	Outros gastos	14
11.16.	Resultados financeiros	14
11.17.	Acontecimentos após data de Balanço	14

1. Identificação da Entidade

A UDIPSS-PORTO - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social é uma Associação de Solidariedade Social, com o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), publicado no Diário da República n.º 24, III Série, de 29 de junho de 2004, com sede na Rua do Carvalhido, 187, 4250-102 Porto. A UDIPSS-PORTO é a expressão organizada da cooperação entre as IPSS sedeadas no distrito do Porto, visando proteger o quadro de valores éticos e filosóficos que lhes é comum, promovendo a defesa dos seus interesses e dotando-as de



UDIPSS-PORTO

modelos capazes de sustentar o seu desenvolvimento e a sua progressiva qualificação.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3. Principais Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica): Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relacionados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade: Com base na informação disponível e nas expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade: As Demonstrações Financeiras são preparadas de forma a facilitar a fácil compreensão das Associadas. Contudo, não são evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância: Toda a informação produzida se considera relevante pois influencia a tomada de decisões das Associadas, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade: A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte das Associadas com base nas demonstrações financeiras. Todos os itens considerados materialmente relevantes são apresentados separadamente.

3.1.6 Fiabilidade: A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, da informação divulgada são expurgados os erros e preconceitos que podem enviesar a tomada de decisão, conseguindo-se assim refletir os factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna: A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Por tal motivo é preocupação constante, mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma: Os acontecimentos são contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica, não sendo observada apenas a sua forma legal, uma vez que esta pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se

Aprovado em Assembleia Geral de 25/3/2021

continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade: A informação deve ser neutra. Todas as opiniões e preconceitos que puderem enviesar a tomada de decisão, não são considerados.

3.1.10 Prudência: A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dividas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes pelo que se promove a sua divulgação nas demonstrações financeiras. Contudo, mantem-se o rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude: A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras se respeitam os limites de materialidade e de custo. De modo a evitar a produção de dados falsos e deturpadores da realidade, que podem levar a decisões erradas, são evitadas todas as omissões que possam induzir em erro o utilizador da informação.

3.1.12 Comparabilidade: A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas são levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantidade de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração:

3.2.1 Fluxos de Caixa

Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários estão desagregados na nota 11.6 para melhor compreensão.

As transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, serão indicadas de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais. As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela seguinte:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento administrativo	6 a 10 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este existir. O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.2.3 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou

rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor.

O reembolso irá corresponder ao montante para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

3.2.4 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 anos

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil.

3.2.5 Instrumentos Financeiros:

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tomam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneficiários/patrocinadores/dadores/associados/membros

As quotas precedentes de associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a Receber

Os "Créditos a receber" encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro quando mensurados ao custo menos a perda por imparidade.

A data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros passivos correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimos Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos.

Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

3.2.8 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4. Ativos fixos tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31-12-2019	Adições	Abate	Transferência	31-12-2019
Terreno	25 097,50				25 097,50
Edifício	611 873,71				611 873,71
Equipamento Administrativo	16 126,14	1 366,90			17 493,04
Equipamento Básico	28 270,48				28 270,48
Ativo Tangível Bruto	681 367,83	1 366,90	0,00	0,00	682 734,73
Depreciações Acumuladas					
Edifício	50 547,82	12 237,47			62 785,29
Equipamento Básico	5 895,18	3 534,53			9 429,71
Equipamento Administrativo	16 126,14	155,03			16 281,17
Depreciações Acumuladas	72 569,14	15 927,03	0,00	0,00	88 496,17
Ativo Tangível Líquido	608 798,69	- 14 560,13	0,00	0,00	594 238,56

5. Ativos intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:



UIDPSS-PORTO

UIDPSS-PORTO – União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social
505 983 206 | Rua do Carvalhido, 187 4250-102 Porto | www.uidpss-porto.org

Descrição	31-12-2019	Adições	Abate	Transferência	31-12-2020
Programas de Computador	8 361,67				8 361,67
Ativo Intangível Bruto	8 361,67	0,00	0,00	0,00	8 361,67
Amortizações Acumuladas					
Programas de Computador	8 361,67				8 361,67
Amortizações Acumuladas	8 361,67	0,00	0,00	0,00	8 361,67
Ativo Intangível Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6. Custo de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos foram reconhecidos em 2020 como gastos.

Descrição	2020			2019			Total
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total	
Montepio	0,00	14 125,65	14 125,65	0,00	72 200,98	72 200,98	
Total	0,00	14 125,65	14 125,65	0,00	72 200,98	72 200,98	

O reembolso da dívida da Entidade, referente ao empréstimo obtido, detalham-se como segue:

Descrição	2020			2019			Total
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total	
Montepio	58 075,33	955,09	59 030,42	46 116,08	2 010,72	48 126,80	
Total	58 075,33	955,09	59 030,42	46 116,08	2 010,72	48 126,80	

7. Rédito

Para os períodos de 2020 e de 2019 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2020	2020	2019
Prestação de Serviços			
Quotas e Jóias		107 862,00	105 960,00
Apoio Informativo		1 000,00	1 200,00
Consultoria / Auditoria		8 372,50	1 307,00
Apoio Administrativo no Registo		0,00	3 715,00
Curso de Prevenção e Controlo do COVID-19 nas Entidades Sociais		11 912,00	0,00
Ações de formação		9 345,00	19 835,00
Outros Rendimentos		134 491,50	132 017,00
Juros		0,00	1 229,94
Depósitos bancários		0,00	0,00
Total		138 491,50	133 246,94

8. Subsídios do Governo e Apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

DESCRIÇÃO	2020			2019		
	Natureza	Capitais Próprios	Passivo	Demonst. de Resultados	Capitais Próprios	Demonst. de Resultados
ISS, I. P.	Não Reembolsável	238 333,33		5 200,00	243 533,33	5 200,00
Programa Adaptar Social +	Não Reembolsável			47 648,00		
Total		243 533,33	0,00	52 848,00	243 533,33	5 200,00

9. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2020 e 2019, foi de 11 elementos. O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2020 e 2019 foi de "1" e "2". Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações ao pessoal	24 674,99	32 469,25
Indemnizações	585,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	5 318,32	6 850,43
Seguros de Acidentes no Trabalho	433,30	340,11
Outros gastos com o pessoal	150,45	0,00
Total	31 162,06	39 659,79

A UDIPSS-PORTO usufruiu, no ano 2020, do serviço de medicina no trabalho a título gratuito cujo valor se estima em € 40,25.

10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro. Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11. Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2020	2019
Investimentos em subsidiárias	69 236,88	52 509,60
Cálculo 3S, Lda - Método de Equi. Patrimonial	69 236,88	52 509,60
Outros Investimentos Financeiros	746,31	665,15
Fundo de Compensação Trabalho	746,31	665,15
Total	69 983,19	53 174,75

11.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Associados - Quotas	29 110,50	15 849,50
Total	29 110,50	15 849,50

11.3 Créditos a receber

Para os períodos de 2020 e 2019 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

	2020	2019
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	2 551,05	2 981,05
Perdas por imparidade	-2 431,05	-2 546,05
Total	120,00	435,00

Em 2020 foi registado uma reversão de "Perdas por imparidade":

Descrição	2020
Dívidas a receber clientes	115,00
Total	115,00

11.4 Outros Ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
Adaptar Social +	23 744,00	0,00
Total	23 744,00	0,00

11.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

	2020	2019
Gastos a reconhecer		
Seguros	224,47	365,64
Domínio - site	0,00	81,13
Outras	0,00	275,4
Total	224,47	721,81

11.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Caixa	0,00	0,00
Depósitos à ordem	31 725,29	56 230,95
Total	31 725,29	56 230,95

11.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	19 236,13	0,00	0,00	19 236,13
Resultados transferidos	234 787,29	56 973,30	0,00	291 760,59
Outras variações nos fundos patrimoniais				
- Subsidio ISS	243 533,33	0,00	5 200,00	238 333,33
- Doações	100 390,00	0,00	0,00	100 390,00
Total	597 946,75	56 973,30	5 200,00	649 720,05

11.8 Fomecedores

O saldo da rubrica de "Fomecedores" é discriminado da seguinte forma:

	2020	2019
Passivo		
Fomecedores	1 252,22	1 286,51
Total	1 252,22	1 286,51

11.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Ativo	2020	2019
Restituição IVA		
Total	0,00	1 149,99
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	657,00	333,00
Segurança Social	598,66,13	246,13
Fundo de Compensação Trabalho	14,79	21,08
Total	1 270,45	600,21

11.10 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2020		2019	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		4 354,97		6 132,94
Outros credores		3 160,00		1 220,00
Total	0,00	7 505,97	0,00	7 352,94

11.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2020 e 2019, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2020	2019
	Programa Adaptar Social +	47 648,00
Total	47 648,00	0,00

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

11.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
	Subcontratos	0,00
Serviços especializados	81 376,19	20 262,40
Materiais	0,00	1 266,64
Energia e fluidos	316,35	355,52
Deslocações, estadas e transportes	101,81	422,23
Serviços diversos	448,29	651,69
Total	82 242,64	22 958,48

11.13 Aumentos / reduções de justo valor

A Entidade reconheceu em 2020 e 2019 os ganhos de "justo valor" no seguinte instrumento financeiro:

Descrição	2020	2019
	FCT – Fundo de Compensação	1,52
Total	1,52	28,31

11.14 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
	Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	18 836,70
Correções exercícios anteriores	0,00	185,10
Imputação subsídios ao investimento	5 200,00	5 200,00
Outros rendimentos e ganhos	13 425,00	2 520,94
Juros depósitos	3 173,16	0,00
Total	40 634,86	16 343,72

11.15 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
	Impostos	53,14
Outros Gastos e Perdas – Quotas CNIS	8 200,00	8 100,00
Outros	0,00	397,25
Campanha Proteger as IPSS	13 475,25	0,00
Total	21 728,39	12 486,27

11.16 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2020	2019
	Juros e gastos similares suportados	955,09
Juros suportados	955,09	2 010,72
Total	955,09	2 010,72
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos – de depósitos	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-955,09	-2 010,72

11.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas. As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pela Direção em 24 de fevereiro de 2021.

Porto, 24 de fevereiro de 2021,

A Direção

Rui Leite de Castro

(Rui Leite de Castro, Presidente)

Maria José Miralva

(Maria José Miralva, Vice-Presidente)

Eduardo Jorge Pinto

(Eduardo Jorge Pinto, Tesoureiro)

Maria Teresa Guimarães

(Maria Teresa Guimarães, Secretária)

Manuel Fernando Silva

(Manuel Fernando Silva, Vogal)

O Contabilista Certificado

(Emílio Ricam Neves, CC n.º 17866)

UDIPSS-PORTO – União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social
505 983 206 | Rua do Cavalhido, 187 4250-102 Porto | www.udipss-porto.org